

“A mutilação genital feminina é uma violação dos direitos humanos”

Quem lembra é o secretário-geral da ONU, António Guterres, no Dia Internacional de Tolerância Zero à prática; 30 países ainda realizam a mutilação genital feminina; maioria das vítimas tem menos de cinco anos de idade.

[\(Rádio ONU, 06/02/2017 - acesse no site de origem\)](#)

De acordo a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a mutilação genital feminina precisa acabar totalmente até 2030. No Dia Internacional de Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina, neste 6 de fevereiro, o secretário-geral da ONU lembra que a prática viola os direitos humanos.

António Guterres destaca que as mulheres e as meninas que sofrem a mutilação perdem “sua dignidade, enfrentam riscos para a saúde e sofrem de uma dor desnecessária”.

O que é

As consequências duram a vida toda e podem ser fatais. O assessor sênior do Fundo de População da ONU, Unfpa, Elizeu Chaves, explica o que é exatamente a mutilação genital feminina.

“É uma prática realizada hoje em cerca de 30 países do mundo e consiste na remoção de parte da genitália feminina parcial ou integral, da genitália externa. É uma prática que segue valores e tradições de algumas comunidades. Trata-se na verdade de uma violação de direitos humanos, sem nenhum tipo de benefício no campo da saúde.”

Elizeu Chaves foi entrevistado pela ONU News em Nova Iorque. Segundo ele, existem 200 milhões de garotas e de mulheres no mundo que sofreram a violação. A maioria são meninas com menos de cinco anos de idade.

Guiné-Bissau

Quase metade dos casos ocorre em apenas três países: Egito, Etiópia e Indonésia. O especialista do Unfpa informa que entre as complicações estão sangramentos, cistos, infecções, infertilidade e até a morte.

O Unfpa trabalha com vários países para tentar conscientizar comunidades sobre a importância de pôr um fim à mutilação genital feminina. Elizeu Chaves menciona a Guiné-Bissau e outras nações como casos de sucesso.

“Nossa parceria levou à criação de um módulo de atenção obstétrica e neonatal de emergência, que já incorpora a prevenção à mutilação genital como parte integrante do exercício dos profissionais de saúde. Nos últimos anos, por conta deste programa conjunto, 13 dos 17 países que são beneficiados já estabeleceram uma linha orçamentária com recursos para enfrentar a mutilação genital feminina. Mais de 1,6 milhão de meninas atendidas receberam serviços relacionados à mutilação genital feminina.”

Apesar da maioria dos casos ocorrer na África, a prática também acontece em nações do sudeste-asiático e até da América Latina. A comunidade indígena Emberá, da Colômbia, por exemplo, acredita que a mutilação genital feminina ajuda a prevenir a infidelidade.

A dor de urinar, menstruar e dar à luz após mutilação genital

(UOL, 14/05/2016) Cerca de 200 milhões de mulheres e meninas em todo o mundo já foram vítimas de mutilação genital.

Muitos se perguntam como é viver com esse tipo de mutilação, passando por situações como urinar, menstruar ou ter um filho.



Hibo Wardere nasceu na Somália e foi submetida à mutilação genital aos seis anos de idade (Foto: BBC)

“A primeira vez que você nota que seu físico mudou é quando você faz xixi”, diz a somali Hibo Wardere, de 46 anos.

[Leia mais: OMS lança guia para ajudar mulheres vítimas de mutilação genital \(Rádio ONU, 16/05/2016\)](#)

Hibo tinha apenas seis anos quando foi submetida ao que a OMS (Organização Mundial da Saúde) classifica como mutilação “tipo 3”.

Nesse tipo de procedimento, os lábios vaginais são cortados e costurados, sendo reduzidos a apenas um buraco minúsculo que Hibo compara ao tamanho de um palito de fósforo. O clitóris também é removido.

Ela cresceu na Somália, onde 98% das mulheres entre 15 e 49 anos foram submetidas à mutilação genital.

‘Ferida aberta’

“Uma ferida aberta na qual esfregaram sal ou pimenta – era isso que parecia”, é como Hibo descreve a sensação ao urinar.

“Então você percebe que a urina não está saindo da forma como costumava sair. Sai em gotinhas e cada gota é pior do que a anterior. Todo o processo dura quatro ou cinco minutos, mas a dor é horrível.”

Hibo mudou-se para o Reino Unido quando tinha 18 anos e, meses depois de chegar, foi a um médico para tentar atenuar o problema.

Sem saber falar inglês, Hibo recorreu a um tradutor, que se negou a traduzir o que ela dizia. Mesmo assim, o médico conseguiu entendê-la.

Hibo então passou por uma cirurgia chamada defibulação, que amplia a abertura vaginal.

A solução não é definitiva, tampouco restaura a sensibilidade do órgão. Mas, segundo Hibo, o procedimento aliviou as dores que sentia ao urinar.

Bloqueio e trauma

Sexo também era um obstáculo, afirma ela.

“Mesmo se o médico abriu você, o que sobrou é um espaço minúsculo”, relata.

“O que deveria se expandir já não está mais lá. Então o buraco que você tem é muito pequeno e sexo é muito difícil. Você tem prazeres mas é muito raro.”

O trauma da mutilação também dificulta a vida de Hibo.

“Primeiro você tem um bloqueio psicológico porque a única coisa que você associa com aquela parte de você é a dor”, conta.

“A outra parte é o trauma que você passou. Então qualquer coisa que esteja acontecendo lá embaixo você não vê como algo bom”, acrescenta.

Números divulgados em fevereiro deste ano pela Unicef, o Fundo das Nações Unidas para a Infância, estimaram em 200 milhões o total de mulheres vítimas de mutilação genital em todo o mundo. Indonésia, Egito e Etiópia concentram metade das vítimas.

No Reino Unido, a mutilação genital feminina foi proibida desde 2003. Em 2015, o governo introduziu uma nova lei exigindo que profissionais de saúde denunciem à polícia casos da mutilação em menores de 18 anos.

Ativistas e polícia estão alertando a população sobre o risco de estudantes

britânicas estarem sendo levadas para fora do país especificamente para serem submetidas à mutilação.

Trata-se da chamada “temporada de corte”, que ocorre normalmente no meio do ano (durante as férias escolares).

Pouca informação

Pouco se sabe sobre como as sobreviventes da mutilação enfrentam as sequelas deixadas pelo procedimento.

São amplas as consequências de uma mutilação que em alguns casos envolve a remoção do clitóris (tipo 1), a remoção do clitóris e dos pequenos lábios (tipo 2), remoção dos pequenos e grandes lábios e um estreitamento da abertura vaginal, geralmente, como no caso de Hibo, com a remoção do clitóris também (tipo 3), ou qualquer tipo de mutilação genital (algumas vezes chamadas de tipo 4).

Os sintomas não são discutidos abertamente.

Segundo Janet Fyle, conselheira de políticas para o Royal College of Midwives, especializado em obstetrícia, isso acontece, em parte, porque a mutilação genital feminina é tão normal em algumas comunidades que as mulheres não encaram como um problema.

Além disso, elas não associam as várias complicações de saúde que têm com o procedimento a que se submeteram na infância, acrescenta Fyle.

A rotina para as sobreviventes pode ser triste. De acordo com o NHS, o SUS britânico, essas mulheres ficam mais suscetíveis a infecções urinárias, infecções uterinas, infecções renais, cistos, problemas de fertilidade e dor durante relações sexuais são apenas algumas das consequências.

A cirurgia para “reverter” a mutilação, como a defibulação às vezes é chamada, pode ajudar a aliviar alguns dos sintomas.

Mas Fyle, que é de Serra Leoa – um país onde a mutilação genital feminina é uma prática comum – afirma que o cuidado não é tão simples e pode envolver várias equipes médicas.

“A cirurgia está ligada às consequências (psicológicas) de longo prazo – algumas pessoas descrevem como sendo pior do que transtorno do estresse pós-traumático que (geralmente) afeta soldados que estiveram no campo de batalha”, explica.

Gravidez

Quando ficou grávida em 1991, aos 22 anos, Hibo diz ter ficado aflita com a ideia de que médicos e enfermeiras olhavam sua genitália, que havia sido alterada.

“Lembro de pegar um travesseiro e colocar na minha cara pois não queria sentir a humilhação, a dor. Saber que todos aqueles olhos iriam me olhar era demais”, lembra.

Durante o parto, ela teve flashbacks do momento em que foi mutilada – uma experiência comum entre as sobreviventes.

Na época, ela era a primeira sobrevivente de mutilação genital feminina atendida pelos funcionários do hospital de Surrey, no sudeste da Inglaterra. Nem ela e nem os profissionais de saúde sabiam como tornar o parto mais fácil.

“Antes que eles pudessem pensar no que iria acontecer e como fariam o parto do menino, meu filho veio. Eles tiveram que me cortar. Meu filho na verdade cortou partes de mim também pois ele veio com muita força”, lembra Hibo.

“Eles ainda estava muito chocados e não sabiam o que fazer comigo. Foi horrível e acabei precisando de muito tempo para me recuperar”, acrescenta.

Apesar da experiência, Hibo ainda teve outros seis filhos e os partos seguintes foram bem menos traumáticos. O segundo filho nasceu graças a uma cesariana e ela elogiou o serviço de saúde pública britânico pela conscientização e apoio às vítimas de mutilação.

Apoio

Hibo diz acreditar que foi graças ao apoio do marido, Yusuf, que conseguiu

falar abertamente sobre a mutilação genital feminina.

Mas tanto o casal quanto a família não conseguiram escapar do tabu envolvendo a prática.

A decisão de Hibo de protestar contra a mutilação genital feminina prejudicou o relacionamento entre ela e sua mãe.

Foi a mãe de Hibo que a levou para ser mutilada, reforçando uma crença muito comum na cultura do país de que a prática é essencial para a reputação de uma jovem e suas futuras chances de casamento.

“Minha mãe me amava e ela fez isto por amor”, resigna-se Hibo.

“Ela pensou que estava me protegendo. Pensou que estava protegendo a honra da família. Ela mesma foi uma vítima – e a mãe dela, e a avó dela. Gerações passaram pela mutilação genital feminina e não viram nada errado”, diz.

“Elas pensavam que se não fossem cortadas, iam ficar faladas, iam ser estigmatizadas, ninguém iria se casar com elas. Você será vista como alguém que fica com muitos homens. Era uma proteção para elas e também para a família”, acrescenta.

Hibo e a mãe conseguiram se reconciliar antes de ela morrer. Mas seus sogros não aprovam a decisão do casal de não submeter as três filhas à mutilação.

“Eles acreditam que fiz algo errado para as crianças, eles se perguntam sobre (o destino das) minhas filhas – quem vai casar com elas?”, disse Hibo.

“E aqui estou eu, pensando: ‘Eu me importo com a parte do casamento ou me importo com a saúde delas? Quero que elas sofram o mesmo que eu sofri? Quero que elas passem pelo que passei?’ De jeito nenhum.”

Hibo Wardere escreveu um livro a respeito de sua luta, *Cut: One Woman's Fight Against FGM in Britain Today* (Corte: A Luta de uma Mulher contra a Mutilação Genital Feminina na Grã-Bretanha de Hoje, em tradução livre).

Em um dos trechos, ela descreve o choque de ver pela primeira vez o que tinha sobrado de sua vagina, algo que lhe “tirou o fôlego”.

“Nenhuma proteção, nenhuma beleza, a área entre as minhas pernas parecia areia marrom escura na qual alguém tinha desenhado uma linha fina, então era como se alguém tivesse enfiado uma vara na areia, ali no fim da linha estava um buraco. Minha vagina”.

“Eu podia ver que era um pouco maior do que tinha sido costurado originalmente graças ao médico que me abriu um pouco. Mas estava lá. A única pista de que eu era uma mulher. O resto da minha genitália tinha sido fatiada e jogada fora.”

Acesse no site de origem: [A dor de urinar, menstruar e dar à luz após mutilação genital \(UOL, 14/05/2016\)](#)

200 milhões de mulheres sofreram mutilação genital no mundo, diz Unicef

(G1, 05/02/2016) Pelo menos 200 milhões de meninas e mulheres que vivem atualmente em 30 países sofreram mutilação genital, segundo um relatório apresentado nesta quinta-feira (4) pelo Unicef. O número aumenta em cerca de 70 milhões os últimos cálculos divulgados em 2014 por contar com mais dados de países onde a prática é muito comum, como a Indonésia, e por causa do crescimento da população em alguns lugares.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [200 milhões de mulheres sofreram mutilação genital no mundo, diz Unicef \(G1, 05/02/2016\)](#)

Gâmbia poíbe a mutilação genital feminina

(Blasting News, 27/11/2015) O presidente do país africano, Yahya Jammeh, declarou que a prática, que afeta cerca de 76% das mulheres gambianas, está banida.

A visão de uma menina ou uma mulher sendo submetida a uma cirurgia, na qual grande parte, ou toda a sua genitália externa é removida com uma lâmina, muitas vezes não esterilizada e sem qualquer tipo de anestesia, deixando apenas um orifício no lugar, pode aterrorizar muita gente.

Assim ocorre a mutilação genital feminina (MGF, ou female genital mutilation, FGM, em inglês), prática muito comum em alguns países africanos e no Oriente Médio, e que traz muitos problemas à saúde das mulheres que passam pelo procedimento, como, por exemplo, cistos, dor crônica, infecções, infertilidade e até mesmo hemorragias fatais.

Nos países africanos onde dados são disponíveis, constata-se que a maioria das mulheres que sofrem a cirurgia possuem menos de 5 anos de idade, e estima-se que mais de 130 milhões de mulheres já foram afligidas por esta mutilação em algum grau.

Na Gâmbia, cerca de 76% das mulheres já passaram pelo procedimento, e, destas, 56% já haviam sido mutiladas antes dos 14 anos. Mas, finalmente, o governo gambiano resolveu agir, pois o presidente do país, Yahya Jammeh, declarou, de forma inesperada à imprensa, que a controversa intervenção cirúrgica está proibida.

Raízes religiosas, sociais e culturais

A Gâmbia é uma nação de religião predominantemente muçulmana, e a proibição da mutilação está gerando divisão e polêmica pelo país. Existem pessoas que afirmam que a MGF é permitida pelo Islã, tanto que algumas

autoridades religiosas gambianas já chegaram a negar a existência da mutilação, alegando que o procedimento era somente uma espécie de “circuncisão feminina”.

Contudo, o presidente Jammeh afirmou que o procedimento jamais foi ditado pelo Islã, e, por isso, deve ser abolido de uma vez por todas.

A prática da MGF tem suas raízes em questões culturais e sociais, e foi imposta com o intuito de controlar a sexualidade feminina. O fato está tão enraizado na sociedade local que muitas mulheres têm medo de que, se não passarem pela mutilação, serão excluídas socialmente.

Uma grande vitória

Jaha Dukureh, uma ativista gambiana que luta contra a mutilação feminina, declarou: “Estou realmente surpresa que o presidente tenha feito isso. Eu não esperava isso nem em um milhão de anos. Estou muito orgulhosa do meu país e eu estou muito, muito feliz”.

Jaha disse ainda: “A coisa mais surpreendente é que é época de eleição. Isso pode custar a eleição ao presidente. Ele colocou as mulheres e meninas em primeiro lugar, o que poderia afetá-lo negativamente, mas isso mostra que ele se preocupa mais com as mulheres do que em perder os votos das pessoas”.

O trabalho de Jaha é tão ativo e importante, que ela ajudará as autoridades do país na elaboração da legislação pertinente ao combate e eliminação da mutilação genital feminina.

Daniel N.

Acesse no site de origem: [Gâmbia poíbe a mutilação genital feminina \(Blasting News, 27/11/2015\)](#)

Quênia combate a terrível prática da mutilação genital feminina

(EFE, 20/08/2015) Muitas meninas do Quênia viajarão neste mês de agosto ao povoado de sua família para passar as férias escolares. Algumas não serão as mesmas quando retornarem à cidade: terão sido mutiladas em rituais de iniciação à idade adulta que porão fim a sua educação e a sua integridade como mulheres. O Quênia conseguiu reduzir para 11% o número de adolescentes submetidas à ablação do clitóris, o que o transforma em um dos países onde mais se está abandonando esta aberração cultural, sofrida por 140 milhões de mulheres em 29 países do mundo.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Quênia combate a terrível prática da mutilação genital feminina \(EFE, 20/08/2015\)](#)

Após convencer aldeia, vítima de mutilação genital pede fim da prática na África

(Último Segundo, 24/04/2015) Rhobi Samwelly foi circuncidada aos 13 anos e luta contra a prática na Tanzânia; 15% das mulheres do país foram mutiladas

Quem vê o riso aberto de Rhobi Samwelly pela cidade de Musoma, Tanzânia, não imagina que seu dia a dia é ajudar vítimas de uma tradição tão polêmica que quase a matou na adolescência: a mutilação genital feminina, prática que consiste em cortar partes do clitóris e dos pequenos e grandes lábios da

vagina, às vezes com o uso de facões e navalhas.

“As vítimas pedem nossa ajuda para que possamos protegê-las. É um desafio constante”, afirma Rhobi, uma das coordenadoras da Tanzania Development Trust (TDT), ONG que acolhe vítimas do procedimento.

Na Tanzânia, 15% das jovens de 15 a 49 anos são submetidas à mutilação, de acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância, o Unicef. O levantamento da instituição, divulgado em 2013, foi realizado em 29 países da África e do Oriente Médio, onde há maior concentração de casos. O órgão estima que cerca de outras 30 milhões de mulheres poderão ter a vagina mutilada nos próximos dez anos.

O procedimento teria função sanitária - a mulher se tornaria mais limpa após o ato - e também atenderia a questões culturais: o clitóris é visto por sociedades patriarcais como a falsa representação do pênis e, portanto, competiria com a virilidade masculina. Na maioria dos casos, a mutilação veta à mulher o direito ao prazer sexual.



Rhobi Samwelly foi mutilada quando tinha 13 anos de idade em um vilarejo da Tanzânia (Foto: Reprodução/Tanzania Development Trust)

Questão social

Nascida em uma vila da região de Mara, no norte do país, Rhobi precisou lidar com o assunto antes mesmo da própria mutilação. Aos 11 anos, quando uma de suas amigas morreu ao passar pelo procedimento, ela descobriu que, nesses casos, o corpo da vítima era jogado na mata para ser comido por animais selvagens, em vez de ser cremado. “Foi a primeira vez que pensei sobre o assunto. Fiquei em choque por dias”, lembra.

Quando chegou sua vez, aos 13 anos, a tanzaniana tentou relutar. Mas sua mãe foi incisiva: ou ela se submeteria à mutilação ou destruiria a família. Rhobi obedeceu, mas quase perdeu a vida após uma hemorragia muito forte. Depois de conseguir se recuperar, fez os pais prometerem que suas irmãs mais novas jamais passariam por aquilo. Alguns anos mais tarde, já casada e com uma filha, ela passou a se desentender com os sogros, que exigiam a mutilação genital da neta.

“Me disseram que, caso minha filha não fosse mutilada, meu marido não poderia se sentar com os anciãos da aldeia, o que representaria um grande peso social para todos nós”, lembra.

Foi pensando em uma solução para esse impasse que a tanzaniana procurou a ONG TDT e passou a fazer parte da instituição. Por causa de seu ativismo social, os anciãos da aldeia a convidaram para um encontro a fim de explicar a ela porque o procedimento deveria ser realizado. Ela recusou o encontro e iniciou seu trabalho de conscientização no vilarejo. Demorou pouco tempo para que os líderes fossem convencidos por ela e banissem a prática naquela aldeia. O desafio dela é tentar fazer o mesmo em outras aldeias.

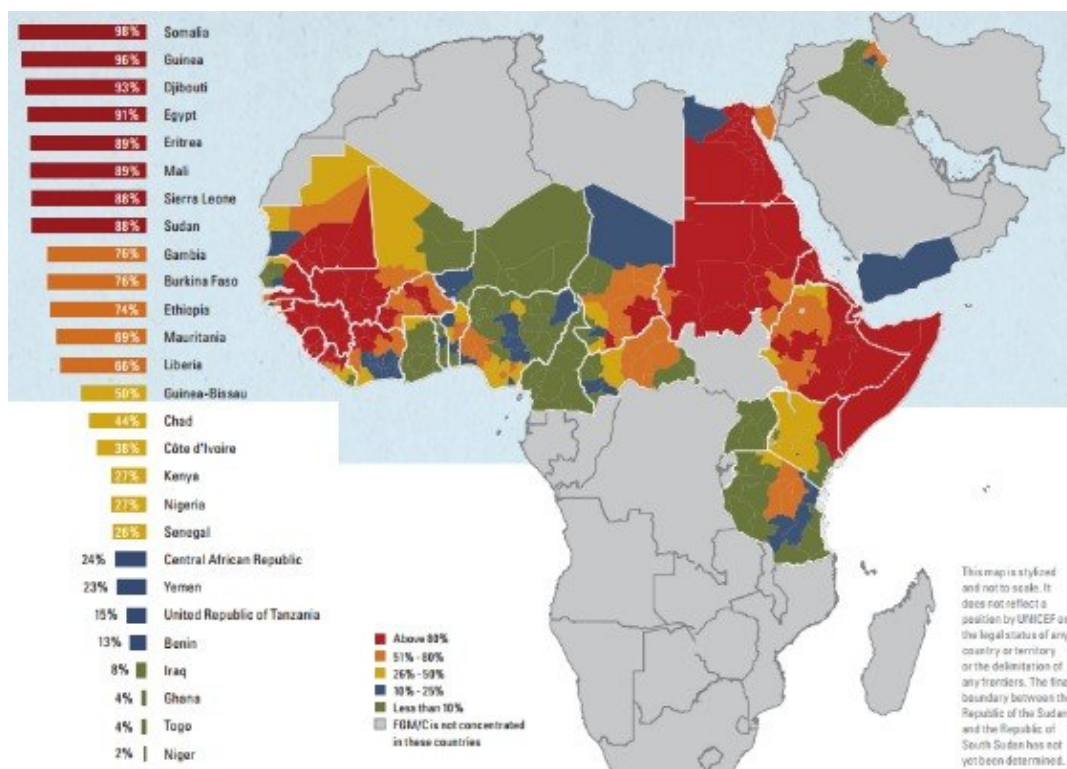
Atualmente, a Tanzânia tem um dos índices mais altos de mulheres que rejeitam a manutenção dessa cultura da África. De acordo com o Unicef, 92% das tanzanianas acreditam que a mutilação deveria acabar. O número só é menor que o de Benin e Gana, ambas com 93% de rejeições cada. Em contrapartida, Guiné tem o menor número de mulheres que apoiam o fim da mutilação genital: 19%. Mali, com 20%, Serra Leoa, 26%, Gâmbia, 28% e a Somália, 33%, completam a lista de países que preferem manter a tradição.

Cultura à prova

A origem da mutilação genital feminina é milenar, mas incerta. Segundo Olga Regina Zigelli Garcia, pesquisadora do Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), há estudiosos que apontam para a época da venda de escravas no mercado árabe - elas seriam circuncidadas antes do negócio. Outros falam da invasão do Vale do Nilo por tribos nômades que realizavam o procedimento e o espalharam pelo Egito e países vizinhos por difusão nos anos 3.100 a.C.

Para Claudio Bertolli Filho, professor de antropologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), como a mutilação genital feminina tem uma representatividade grande nas sociedades africanas, sua permanência deve ser discutida e, em muitos casos, respeitada.

“Essa é uma cultura que passa de geração para geração. Para nós, por exemplo, é normal a mulher implantar silicone em várias partes do corpo, fazer cirurgia de reconstituição de hímen para ficar virgem novamente, entre outros. Se a circuncisão não for total, não acho que deveria ser erradicada”, pondera.



Mapa dos países com maior número de mulheres e crianças submetidas à mutilação genital na África (Foto: Reprodução/Unicef)

Já a socióloga Olga considera a mutilação genital uma violação dos direitos humanos e herança das sociedades patriarcais e, por isso, não deve ser mantido apenas por seu “questionável valor cultural”.

“A prática, além de violar a dignidade humana, também viola os direitos da criança, já que meninas entre quatro e oito anos também são violadas. Não podemos legitimar crueldades e desigualdades com a desculpa da tradição”, afirma.

Pelo fim da circuncisão

O Unicef aponta que as consequências da mutilação genital vão muito além da dor e angústia: ela pode causar desde infertilidade, infecções urinárias e de bexiga até o aparecimento de cistos. Há também aumento do risco de problemas durante o parto, o que em casos extremos pode levar à perda do bebê.

“Nos casos mais extremos, a vagina se torna, basicamente, o orifício para urinar e menstruar. Durante a relação sexual, essa vítima sente bastante dor e, caso engravide, na hora do parto, tanto a mulher como o bebê correm sérios riscos de morte. Se ambos sobreviverem, é provável que a mulher sofra com o aparecimento de fístulas, infecções, entre outros”, afirma Théo Lerner, ginecologista, sexólogo e colaborador do ambulatório de sexualidade do Hospital das Clínicas.

Apesar dos índices expressivos, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), que atua em 22 países do continente, afirma que cerca de oito mil comunidades na África concordaram em abandonar a mutilação genital feminina. Um programa conjunto entre o Unicef e o UNFPA visa a acelerar o fim da prática em 15 países da África Ocidental, Oriental e do Norte.

“Acabar com a mutilação genital não é uma questão de simplesmente impor valores. O fim da prática é uma ação que inclui governos nacionais, líderes religiosos locais, os meios de comunicação e o mais importante, comunidades e famílias”, diz Melanie, assessora do Unicef.

Para combater a mutilação feminina na Tanzânia, a ONG em que Rhodi atua depende de doações e voluntários de várias partes do mundo. “Recebemos inclusive cerca de R\$ 410 mil do Brasil. É por meio dessas ações que salvamos nossas meninas”, afirma Julian Marcus, presidente da Tanzânia Development Trust.

Sociedade tanzaniana

Embora seja um dos países mais pobres do mundo, com boa parte de sua população vivendo abaixo da linha de pobreza, a Tanzânia tem tido sucesso em atrair investimentos de várias partes do mundo. Ao contrário de outros países africanos, cuja riqueza potencial contrasta com a pobreza real, o país passou a investir em em autossuficiência por meio da criação de cooperativas agrícolas e nacionalização de fábricas, plantações, bancos e empresas privadas.

O turismo é uma importante fonte de receitas. Entre as atrações mais visitadas estão o Kilimanjaro, montanha mais alta da África, e parques nacionais ricos em vida selvagem, como o Serengeti. Um dos maiores problemas do país atualmente é a caça ilegal. Conservacionistas têm alertado que, por conta da exploração do marfim, os elefantes podem desaparecer até o final desta década.

Amanda Campos

Acesse no site de origem: [Após convencer aldeia, vítima de mutilação genital pede fim da prática na África \(Último Segundo, 24/04/2015\)](#)

Todos os anos, três milhões de

meninas sofrem mutilação genital no mundo

(Último Segundo, 22/04/2015) O procedimento teria função sanitária - a mulher se tornaria mais limpa após o ato - e também atenderia a questões culturais: o clitóris é visto por sociedades patriarcais como a falsa representação do pênis e, portanto, competiria com a virilidade masculina. Na maioria dos casos, a mutilação da vagina veta à mulher o direito ao prazer sexual. De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância, o Unicef, a mutilação genital é realizada em cerca de 3 milhões de meninas e mulheres todos os anos e se concentra em 29 países entre o continente africano e o Oriente Médio.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Todos os anos, três milhões de meninas sofrem mutilação genital no mundo \(Último Segundo, 22/04/2015\)](#)

Abrigo na Tanzânia protege meninas de 'temporada de mutilação'

(BBC Brasil, 01/04/2015) Meninas em algumas partes da Tanzânia são frequentemente forçadas a se submeter à mutilação genital feminina (FGM), ainda que a prática seja proibida por lei, por isso, um refúgio foi criado no norte do país para oferecer proteção às meninas que fogem. Rhobi Samwelly coordena o abrigo, fundado pela Igreja Anglicana, mas ajudado financeiramente por outras igrejas e mesmo a mesquita local. O desespero que ela vê nas meninas que chegam serve de recordação de sua própria

impotência quando criança: aos 13 anos, Samwelly foi submetida à mutilação por seus pais. Ela quase morreu por causa de um sangramento.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Abrigo na Tanzânia protege meninas de 'temporada de mutilação' \(BBC Brasil, 01/04/2015\)](#)